



Opinião Pública

ISSN: 0104-6276

ISSN: 1807-0191

Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade  
Estadual de Campinas

Singer, André

A reativação da direita no Brasil 1

Opinião Pública, vol. 27, núm. 3, 2021, Setembro-Dezembro, pp. 705-729

Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade Estadual de Campinas

DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-01912021273705>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=32969913001>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em [redalyc.org](http://redalyc.org)

UABEM [redalyc.org](http://redalyc.org)

Sistema de Informação Científica Redalyc  
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal  
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa  
acesso aberto

## A reativação da direita no Brasil<sup>1</sup>

André Singer<sup>2</sup> 

Qual a estrutura das predisposições ideológicas do eleitorado brasileiro e como elas são afetadas pelas estratégias das diferentes forças políticas? O artigo busca mostrar, com base em dados do Datafolha, que houve uma continuidade entre o observado logo após a redemocratização de 1988 e os 30 anos que se seguiram, a saber, a preferência pela direita por parte da maioria relativa do eleitorado em *surveys* de autolocalização no espectro ideológico. Depois, utilizando a noção teórica de ativação, o artigo testa, com base em pesquisas do Eseb, a hipótese de que, entre 2006 e 2014, teria havido uma tendência de desativação das predisposições ideológicas. A conclusão é que o lulismo despolarizou a disputa política e coube a Bolsonaro, com uma postura radical, reativar o conservadorismo na eleição de 2018, quando o campo da direita chegou a reunir 45% dos eleitores.

*Palavras-chave:* direita; despolarização; ativação das predisposições ideológicas; Bolsonaro; eleições de 2018

### Introdução: o fim de um ciclo<sup>3</sup>

A irresistível marcha de Jair Bolsonaro, candidato de pequena projeção no Congresso, com pouco tempo de TV, apoio partidário ralo e recursos financeiros escassos (Nicolau, 2020), em direção à Presidência da República, fez o país retroceder 30 anos, ao repetir, em 2018, a façanha de Fernando Collor de Mello em 1989. Ambos saídos como que do nada, cavalgando uma onda eleitoral, tomaram de assalto o núcleo da política no Brasil. Mas, na realidade, o *loop* foi maior, pois a chegada ao Planalto de um ex-capitão do Exército, admirador da ditadura e cercado de militares, reviveu 1964. Em particular, o fato de ter em comum com o golpe de Estado a mobilização de um “fundo regressivo da sociedade brasileira” (Schwarz, 2019)<sup>4</sup>.

<sup>1</sup> Agradecemos a Silvia Elena Alegre pelo aconselhamento estatístico, processamento dos dados e formalização do material exposto; ao CNPq pela bolsa que auxiliou na realização da pesquisa durante 2020; ao parecerista de *Opinião Pública*, que fez úteis sugestões e comentários.

<sup>2</sup> Universidade de São Paulo (USP) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Ciência Política. São Paulo (SP), Brasil. E-mail: <avsinger@usp.br>.

<sup>3</sup> Uma versão deste artigo foi publicada no SciELO Preprints (<<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.1664>>).

<sup>4</sup> Segundo Schwarz (2019, p. 327), “há bastante em comum entre a vitória eleitoral de Bolsonaro, em 2018, e o golpe de 1964. Nos dois casos, um programa francamente pró-capital mobilizou, para viabilizar-se, o fundo regressivo da sociedade brasileira, descontente com os rumos liberais da civilização”.

O espanto, registrado por analistas (Almeida, 2018; Amaral, 2020; Avritzer, 2020), com a proeza do deputado que viveu sete mandatos isolado na Câmara (Oyama, 2020, p. 9-11); a incredulidade pelo número de sufrágios obtido por quem teve o topete de homenagear um torturador durante o *impeachment* de Dilma Rousseff (Oyama, 2020, p. 159); a sensação de terremoto eleitoral (Singer e Venturi, 2019), tudo parece ser o resultado da súbita emergência de camadas submersas, cuja sondagem faz parte de pesquisa em curso<sup>5</sup>.

Um passo seria nomear o continente que veio à tona. Para tanto, o presente artigo se limitará a examinar dados empíricos associados à ideia de *reativação da direita*, imaginando com isso ajudar a compreensão de aspectos da questão. Antes de entrar em matéria, no entanto, convém colocar o objeto em um arco mais estendido de tempo. A periodização a seguir desenvolve a sugestão de Anderson (2019), segundo a qual a curva do meio século que medeia entre 1964 e 2018 “forma uma parábola”<sup>6</sup>. Com essa finalidade, abstraímos a história política concreta, as coalizões de classe em jogo e as orientações socioeconômicas dos blocos, salientando somente as *linhas de continuidade que se referem às bases ideológicas*.

Desse ponto de vista, o ciclo estaria dividido em duas fases: a primeira iria de 1964 a 1992; a segunda, de 1994 a 2018, com a transição presidida por Itamar Franco entre uma e outra. Como se sabe, em 1964 a direita tomou o poder e, durante duas décadas, governou o Brasil por meio de uma ditadura, porém mantendo a realização de eleições para o Legislativo e parte dos Executivos municipais. Foi isso que permitiu, segundo Lamounier (1990, p. 20), posteriormente, “uma abertura regulada pelo calendário eleitoral”. Daí a direita ter cultivado, por meio da Arena (Aliança Renovadora Nacional) e seu sucessor, o PDS (Partido Democrático Social), uma base de massa que nunca deixou de existir, ser competitiva e apoiar o regime, enquanto este vigorou (Reis, 2000)<sup>7</sup>.

Apesar da passagem do poder aos civis, a inesperada doença de Tancredo Neves, às vésperas da posse na Presidência da República, em março de 1985, fez com que a faixa presidencial voltasse a parar no peito de um representante dessa direita, o ex-presidente do PDS, José Sarney. É verdade que Sarney foi obrigado, por razões legais, a filiar-se ao PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e este, por meio de Ulysses Guimarães, exerceu larga influência na Nova República. Mas o lado conservador da Aliança Liberal, formada por PMDB e PFL (Partido da Frente Liberal, racha do PDS), venceu a mais

<sup>5</sup> Este artigo está inserido na proposta de Projeto Temático, ora em análise pela Fapesp (primeiro semestre de 2021).

<sup>6</sup> No final do seu livro sobre o Brasil, comentando a possibilidade de Bolsonaro sofrer *impeachment*, Anderson (2019, p. 149) diz, pensando no vice, general Hamilton Mourão, que, “na soma das coisas, essa seria uma aterrissagem ainda mais completa para a parábola de 1964”. Tradução livre do inglês.

<sup>7</sup> Veja-se este trecho de Reis (2000, p. 302): “Constata-se, inicialmente, algo que poderia parecer surpreendente tratando-se de dados provenientes de capitais que não apenas são conhecidas por sua inclinação oposicionista (...), mas deram efetivamente seus votos majoritariamente à oposição por ocasião das eleições de 1982, quando os dados foram coletados: referimo-nos à alta incidência de opiniões favoráveis à permanência dos militares”.

renhida batalha do Congresso Constituinte eleito em 1986, que se deu, justamente, em torno do mandato de cinco anos para Sarney. Ainda assim, o caráter ideologicamente híbrido do governo PMDB-PFL poderia ser entendido como de transição ideológica, não fosse seu inesperado desfecho.

Ao término da vilegiatura Sarney, quando se esperava deixar para trás a era da direita no poder, elegeu-se presidente da República *outro* quadro originário da Arena. Tratava-se de Fernando Collor, prefeito de Maceió nomeado pela ditadura em 1979 e deputado federal pelo PDS de Alagoas em 1982, antes de eleger-se governador do estado pelo PMDB em 1986, surfando rapidamente na maioria peemedebista daquele ano. Articulando denúncias de corrupção e anticomunismo – *mix* típico da direita em 1964 e em 2018 – Collor, em 1989, concorrendo pelo PRN (Partido da Reconstrução Nacional), deixou longe o centrista Ulysses Guimarães, candidato do PMDB, assim como Bolsonaro superaria Geraldo Alckmin, do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), três décadas mais tarde. No segundo turno, aumentando o tom do antiesquerdismo, Collor venceu Luiz Inácio Lula da Silva, do PT (Partido dos Trabalhadores). Em retrospectiva, vê-se que apenas quando houve o *impeachment* de Collor, em 1992, a cadeira presidencial começou a escapar das mãos da direita.

Findou, então, uma etapa em que a potência da direita era óbvia. Tome-se, a título de ilustração, a trajetória do ex-ministro Jorge Bornhausen. O político catarinense passou da UDN (União Democrática Nacional, a veneranda sigla da direita pré-1964) para a Arena, e desta para o PFL, sempre próximo ao núcleo do governo federal, tendo atuado, por fim, como chefe da Casa Civil de Collor. Bornhausen esteve para Collor, como a UDN estivera para o antecessor histórico deste: Jânio Quadros. Os udenistas-pefelistas viram o poder escapar-lhes por entre os dedos mercuriais de dois presidentes legitimamente eleitos. Mas nunca desistiram do sonho de afastar “para sempre”, pelas armas ou pelo voto, o campo popular do Planalto. Não por acaso, Bornhausen foi o autor da frase, depois do escândalo do mensalão, em 2005, segundo a qual estaria “encantado, porque estaremos livres dessa raça pelos próximos trinta anos”<sup>8</sup>. Será que não pensou, consigo mesmo, que a direita voltaria ao poder por mais trinta anos, como esteve entre 1964 e 1992?

Com a posse do vice de Collor, Itamar Franco – um dos políticos regionais catapultados à esfera nacional pela reviravolta emedebista de 1974, quando a oposição começou a vencer em estados-chave –, houve, finalmente, a transição para a segunda fase, inaugurada com a eleição de Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, em 1994. A presidência de Cardoso, professor universitário cassado pela ditadura, representou o começo do período em que a direita deixou de ter candidato competitivo a presidente.

<sup>8</sup> Em artigo publicado pela *Folha de S. Paulo*, em 29/9/2005, Bornhausen alegou ter dito a frase em resposta a uma pergunta anônima que lhe foi endereçada numa palestra. No artigo, Bornhausen argumenta ter desejado se referir aos “malfeitores da política”. Em <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2909200509.htm>>. Acesso em: 5 dez. 2020.

A segunda fase não significou a ausência da direita nos *governos* do PSDB e do PT. Alguns poucos exemplos: o PFL fez o vice de FHC (Marco Maciel), participando amplamente dos dois mandatos peessedebistas; o próprio Bornhausen rompeu com o PFL em 2011, aderindo ao PSD, sigla criada para integrar o governo de Dilma Rousseff; o PP, sucessor do PDS, entrou na administração petista em 2005, onde permaneceu até 2016<sup>9</sup>. O que distingue a fase 1994-2014 é o fato de a direita não ser competitiva nas eleições para a Presidência da República, que corresponde à série A do campeonato político nacional, em que as ideologias são submetidas ao crivo de um colégio eleitoral nacionalizado<sup>10</sup>.

Até o final de 1993, um dos principais líderes do PFL, Antônio Carlos Magalhães, “acreditava existir espaço para uma candidatura de direita” (Suassuna e Novaes, 1994, p. 17). De fato, no início daquele ano, Paulo Maluf estava em segundo lugar nas intenções de voto para presidente. Mas, apesar de insistir numa fórmula de unidade com o PFL, o ex-governador paulista encontrou resistências no partido de ACM, talvez derivadas de pesquisas que indicavam o desejo dos eleitores por um candidato “moderado” (Dimenstein e Souza, 1994, p. 157). Segundo Suassuna e Novaes, Fernando Henrique considerava que o esfriamento da direita ocorreria com a decisão do PFL de aliar-se aos tucanos: “No momento em que eles vieram para o PSDB, esvaziaram a candidatura Maluf” (Cardoso, apud Suassuna e Novaes, 1994, p. 19).

Mesmo com a direita dividida, Espiridião Amin, ex-governador de Santa Catarina, foi candidato à Presidência da República pelo Partido Progressista Reformador (PPR), sigla sucessora do antigo PDS, em 1994, obtendo 3% dos votos válidos. Somados aos 7% recebidos por Enéas Carneiro, do Prona (Partido de Reedificação da Ordem Nacional), a direita ficaria perto dos 9% que Maluf conseguira na eleição presidencial de 1989. Desde então, as siglas sucessoras do PDS desistiram de concorrer e a etapa seguinte foi dominada por opositores de 1964, partidos originalmente do campo da esquerda, sendo que um deles, o PSDB, deslocou-se para o centro no curso da transição presidida por Itamar.

Nascido na centro-esquerda, o lugar do PSDB no quadro partidário pós-1988 é objeto de legítima controvérsia. Mas, considerando-se que as posições no contínuo esquerda-direita são sempre relacionais, é razoável pensar que o tucanato tenha ocupado uma região centrista do espectro, tendo o PFL-PP à sua direita e a coalizão PT-PSB-PDT-PCdoB e PSOL (a partir de 2004) à esquerda. Isso tornaria menos abstrusa a oscilação do tucanato entre a centro-esquerda e a centro-direita, de acordo com a conjuntura. O problema é que o falso desaparecimento da direita, até 2018, criou uma imagem distorcida, como se o PSDB deslizesse no que parecia ser um vácuo conservador.

<sup>9</sup> Depois de abandonar a sigla PDS, a agremiação da ditadura passou por outras três denominações até adquirir a atual: Partido Progressista Reformador (PPR), Partido Progressista Brasileiro (PPB), Partido Progressista (PP) e, finalmente, Progressistas. Políticos e partidos de direita estiveram presentes, em maior ou menor medida, em todos os governos entre 1995 e 2014.

<sup>10</sup> Houve candidatos conservadores a presidente da República entre 1994 e 2014, como Enéas Carneiro, Espiridião Amin, Luciano Bivar, Levy Fidelix e Pastor Everaldo, mas nenhum deles se mostrou competitivo. O que se saiu melhor foi Enéas, que angariou 7% dos votos válidos em 1994.

A súbita morte de Luís Eduardo Magalhães em 1998, aos 43 anos de idade, contribuiu para esse obscurecimento, pois havia a possibilidade de que Fernando Henrique fizesse do líder pefelista o candidato a presidente do agrupamento no poder em 2002. Com o desaparecimento do filho de ACM, Roseana Sarney tentou sem sucesso se apresentar pelo PFL, o qual acabou por apoiar, informalmente, Ciro Gomes no primeiro turno de 2002. O PPB permaneceu oficialmente neutro. No segundo turno, ambos, PFL e PPB, apoiaram José Serra, do PSDB, mas Lula venceu aquele pleito, colocando no Planalto uma coalizão à esquerda do centro. Tal composição mudaria de 2005 em diante, com a entrada de PP e PMDB da Câmara no governo. O lulismo promoveria uma sistemática despolarização ideológica (já ensaiada por “Lulinha paz e amor” em 2002) a partir de 2006, como veremos nas próximas seções deste artigo. Vale recordar que, com o realinhamento de 2006, a base da pirâmide, genericamente medida por renda familiar de até dois salários mínimos, aderiu ao lulismo, ao passo que o eleitorado de classe média se agrupou em torno do PSDB (Singer, 2012, p. 15)<sup>11</sup>.

Em suma, nas eleições presidenciais vencidas por PSDB e PT, a direita saiu do foco, parte dela, inclusive, afastando-se da máquina federal em 2003<sup>12</sup>. Tal situação atrapalhou as análises, sendo que, na confusão, perdeu-se de vista, além das predisposições latentes no eleitorado, o papel dos militares. Com a volta destes à política em 2017, percebeu-se o quanto estão associados a momentos de ascensão da direita. Mas, até então, o potencial intervencionista das Forças Armadas foi esquecido na mesma sombra que dificultou ver a identificação ideológica com que a direita seguia contando.

Quando Bolsonaro, cuja carreira parlamentar havia se desenvolvido em boa parte nas siglas sucessoras da antiga Arena, foi eleito presidente da República, a direita reentrou na Série A, tornando-se perceptível que uma fatia relevante do universo eleitoral ficara fora do sismógrafo. Encerrava-se, então, o ciclo iniciado em 1964, com os conservadores outra vez misturando o baralho e dando as cartas. O fortalecimento de partidos como o Progressistas, o DEM, o PSD e o Republicanos na eleição municipal de 2020 (Rennó, 2020; Lichotte, 2020) confirma a interpretação que este artigo busca desenvolver. Cabe assinalar, desde agora, algumas lacunas que não se pretende preencher. O rol específico de uma *nova direita*, portadora de conexões internacionais, no processo de reativação do direito, por exemplo, precisará esperar oportunidade posterior<sup>13</sup>. O objetivo será discutir a *reativação* da direita no plano estrutural, o que implica abstrair fatores conjunturais decisivos<sup>14</sup>.

<sup>11</sup> As eleições de 2010 e 2014 confirmaram a tese do realinhamento, enquanto a de 2018 provocou um deslocamento da classe média para a direita, interferindo sobre a votação do PSDB.

<sup>12</sup> Entre 2003 e 2016, o PFL, cuja sigla mudaria para DEM em 2007, ficou fora do governo federal, voltando apenas quando Michel Temer assumiu a Presidência. Como foi mencionado acima, a cisão ocorrida no DEM em 2011, com o surgimento do PSD (Partido Social Democrático), expressou as dificuldades desse longo jejum de poder, ocasionado pela oposição pefelista ao lulismo.

<sup>13</sup> O mesmo vale para as ligações evangélicas e a questão da segurança existentes na candidatura Bolsonaro.

<sup>14</sup> Sobre alguns aspectos conjunturais da eleição de Bolsonaro, ver Singer e Venturi (2019).

Também não será esta a ocasião para voltar ao problema da compreensão dos termos esquerda e direita e o quanto a autoclassificação ideológica ajuda a entender o comportamento político brasileiro, o qual requereria artigo específico<sup>15</sup>. Cabe assinalar, contudo, que, de acordo com trabalho recente, estaria “em curso o crescimento da influência da ideologia sobre o comportamento político” no Brasil e seria “difícil explicar a decisão do eleitor em 2018 sem considerar a sua reação às posições e propostas eleitorais da direita” (Fuks e Marques, 2020, p. 401 e 418). De todo modo, os eleitores que não se localizam na escala, cujas oscilações foram importantes ao longo dessas três décadas (ver Gráfico 1), serão tratados na seção a seguir.

Sem discutir aqui se a identificação ideológica teve maior ou menor peso nas oito eleições presidenciais pós-redemocratização, quer-se mostrar, na verdade, que a *predisposição* à direita é um fator de longo prazo, o qual merece ser levado em consideração, junto com outros, na compreensão do fenômeno Bolsonaro. Em segundo lugar, a possível desativação do direitismo, a partir do realinhamento de 2006, prepara a ideia de *reativação*. A tarefa é circunscrita, portanto, à discussão de apenas duas hipóteses. A primeira é que, após 1993, o eleitorado brasileiro continuou a se inclinar para a direita, conforme o sugerido por Singer com base em pesquisas até aquela data (Singer, 2000)<sup>16</sup>. A segunda é que o lulismo teria desativado essa predisposição conservadora entre 2006 e 2014. Por isso, faria sentido pensar que Bolsonaro contribuiu para *reativar* posições adormecidas, mas não extintas, consoante o achado de Amaral (2020, p. 9), que revelou o quanto o posicionamento à direita aumentava as chances de voto no candidato vitorioso, assim como Singer (2000, p. 83) mostrara que se posicionar à direita havia favorecido o sufrágio em Collor 30 anos antes<sup>17</sup>.

A *ativação* de predisposições de longo prazo é um conceito bem estabelecido nos estudos de comportamento eleitoral. Em *The people's choice*, Lazarsfeld, Berelson e Gaudet (1960) dizem que o objetivo de qualquer campanha é ativar predisposições previamente existentes. Na eleição presidencial norte-americana de 1940, por exemplo, os cidadãos de baixa renda e fé católica tendiam a votar no candidato democrata (Franklin Roosevelt) e os de alta renda e fé protestante, no republicano (Wendell Willkie), *antes* de começada a campanha. Mas esta precisou ativar as predisposições dos respectivos públicos, sem que estes tivessem consciência delas.

Segundo Lazarsfeld, Berelson e Gaudet (1960), tal como os sonhos na teoria psicanalítica, *a campanha transforma tendências latentes em conteúdos manifestos*. Dentre as latências estão as identidades ideológicas, que, no caso norte-americano, variam

<sup>15</sup> Ver um bom apanhado desse debate em Pereira (2020).

<sup>16</sup> Segundo Singer (2000, p. 163), “verificou-se que a distribuição dos eleitores brasileiros na escala permaneceu estável entre 1989 e 1993”, com um público que convergia “para o centro e mais inclinado para a direita do que para a esquerda”.

<sup>17</sup> Segundo Amaral (2020, p. 9), análise multivariada permitiu observar que “a autolocalização ideológica foi um bom preditor do voto para presidente em 2018”. Para Singer (2000, p. 162), “a identificação ideológica foi o melhor preditor do voto no pleito de 1989 para grande parte do eleitorado”.

no contínuo liberal-conservador e, no Brasil, esquerda-direita. Em tese, os eleitores de direita tenderão a votar em candidatos de direita, assim como os de esquerda o farão em candidatos de esquerda e os de centro, nos de centro, *desde que as campanhas ativem as respectivas predisposições*.

Diz, também, a teoria (Miller e Shanks, 1996) que existem diversas predisposições simultâneas, atuando como pressões cruzadas (Lipset, 1967), sendo a ideológica *uma* delas. Os partidos optam por ativar algumas, mantendo outras “desligadas”, a depender das circunstâncias. Além da identificação ideológica, a identificação partidária, o gênero, a idade, a renda, a região em que vive, a religião que professa, a avaliação do governo, a eficácia de determinadas políticas públicas, entre outras variáveis, predis põem o eleitor a determinados comportamentos. Durante a campanha, em que no final a decisão do voto é conscientemente tomada, algumas predisposições serão “ligadas”, outras, arquivadas.

A segunda hipótese é que, entre 2006 e 2014, o lulismo teria produzido um efeito desativador das predisposições ideológicas, contrariando repetidas afirmações no debate público corrente, segundo as quais o PT seria responsável por uma divisão ideológica do país. Por meio da análise de dados do Eseb (Estudo Eleitoral Brasileiro), buscaram-se sinais de arrefecimento das posições polares no período em que prevaleceu o realinhamento lulista.

O artigo se divide em duas seções, além da Introdução e da Conclusão, visando discutir, na primeira, dados que testam as hipóteses de persistência da direita no eleitorado e, na segunda, um aspecto do seu adormecimento entre 2006 e 2014.

### **Uma tendência duradoura**

As pesquisas do Datafolha sobre ideologia começam em 1989 e prosseguem até 1993, mas aí se interrompem, voltando a indagar a autolocalização no espectro apenas em 2000. A pergunta é, então, repetida em 2003 e nos pleitos de 2006 e 2010. Após um segundo hiato, o instituto retorna ao tema em *surveys* de 2016, 2017 e 2019. A série encontra-se no Gráfico 1<sup>18</sup>. Nele, tem-se uma visão panorâmica das predisposições ideológicas no Brasil<sup>19</sup>. Os levantamentos do Eseb, realizados após as eleições de 2002,

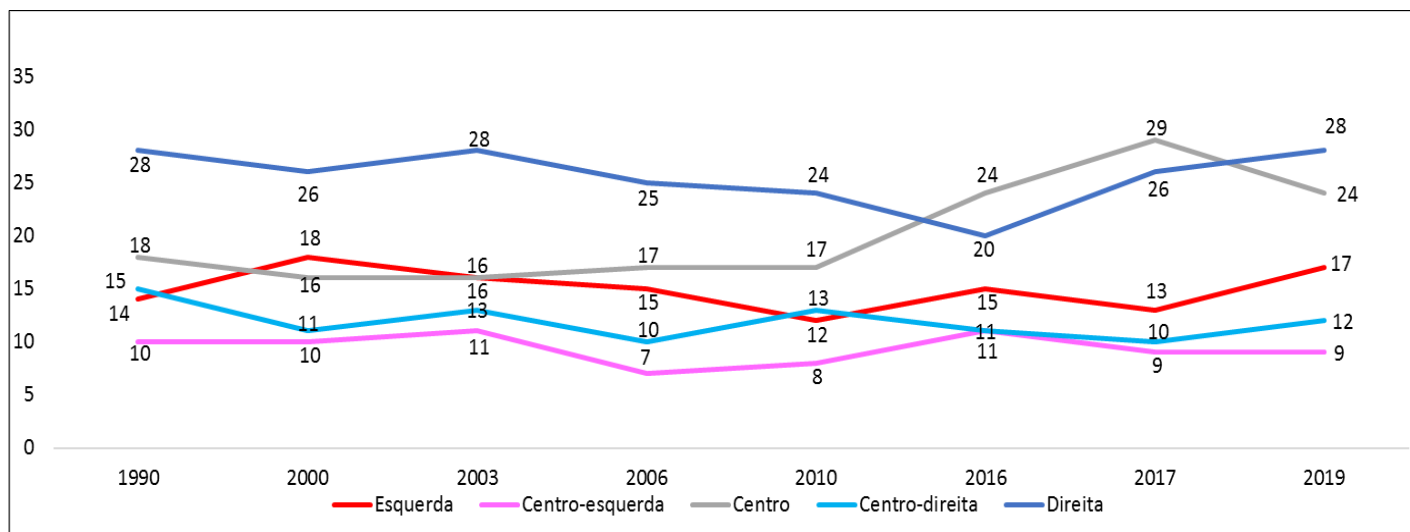
<sup>18</sup> Excluímos do Gráfico 1 a pesquisa de setembro de 1989, pois estava muito próxima no tempo à de 1990 e os resultados eram semelhantes. Deixamos, também, de lado o *survey* de 1993, por utilizar escala de 11 e não 7 pontos. Descartamos, igualmente, *surveys* de 2013 e 2014, que usaram uma bateria de perguntas substantivas para classificar a orientação ideológica do eleitor e não a escala de autolocalização.

<sup>19</sup> Nas oito pesquisas do Datafolha que constam do Gráfico 1 foram utilizadas amostras nacionais estratificadas por sexo, idade e porte do município, com sorteios aleatórios sucessivos. De acordo com Rodrigo Vasquez, coordenador de pesquisas de opinião do Datafolha, em um primeiro estágio foram sorteados os municípios que fizeram parte do levantamento. Em seguida, foram sorteados os bairros e pontos de fluxo. No último estágio, os entrevistados foram escolhidos aleatoriamente de acordo com cotas de sexo e faixa etária. Os *surveys* foram realizados em 3 e 4 de março de 1990 (2.480 casos); 19 e 20 de junho de 2000 (11.524 casos); 31 de março e 1 de abril de 2003 (5.727 casos); 7 e 8 de agosto de 2006 (6.969 casos); 20 e 21 de maio de 2010 (2.660 casos); 7 e 8 de dezembro de 2016 (2.828 casos); 21 a 23 de junho de 2017 (2.771 casos); e 4 e 5 de dezembro de 2019 (2.948 casos). Agradecemos ao diretor de pesquisas do Datafolha, Alessandro Janoni, pelas informações e acesso a dados.



2014 e 2018 (além de 2006 e 2010, como o Datafolha), fornecem ângulo complementar e serão vistos na próxima seção<sup>20</sup>.

**Gráfico 1**  
**Autolocalização no espectro ideológico, 1990-2019 (em %)**



**Não sabe (em %)**

1990	2000	2003	2006	2010	2016	2017	2019
15	19	16	25	25	19	14	9

**Fonte:** Elaboração própria com base em dados do Datafolha.

**Notas:** Foram desconsideradas "outras respostas", "não respondeu" e, no *survey* de 1990, a categoria "nenhum/neutro/independente". As bases efetivamente levadas em consideração são: 2.340 casos em 1990; 11.298 casos em 2000; 5.701 casos em 2003; 6.884 casos em 2006; 2.623 casos em 2010; 2.828 casos em 2016; 2.771 casos em 2017; 2.948 casos em 2019. A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais e para menos. Usou-se um cartão de sete pontos (ver nota 20). Os entrevistados que optaram pelas posições 1 e 2 foram agrupados sob a denominação "esquerda"; o mesmo procedimento se aplicou às posições 6 e 7, chamando o agrupamento de "direita"; as demais opções ficaram individualizadas: a 3 foi denominada "centro-esquerda", a 5, "centro-direita" e o quadro central (4), "centro".

O traço saliente do Gráfico 1 é a estabilidade<sup>21</sup>. Pouco mudou em três décadas. Nelas, a direita se destaca, seguida à distância pelo centro, que a supera, embora dentro da margem de erro, em 2016 e 2017, o que parece uma exceção que confirma a regra. Em geral, o centro, a esquerda, a centro-direita e a centro-esquerda se enfileiram em quantidades de preferências relativamente próximas entre si e afastadas da direita.

Com alguma lente de aumento, poder-se-ia hierarquizar o segundo nível, indicando que, afora a direita, a posição de centro se encontra um pouco acima da esquerda, a qual, por sua vez, está algo à frente da centro-direita; a centro-direita, por fim, dispõe de

<sup>20</sup> Todas as demais informações sobre as pesquisas utilizadas estão nas referências bibliográficas.

<sup>21</sup> Solicitou-se aos entrevistados que se autopsicionassem numa escala de sete pontos. A pergunta foi formulada nos seguintes termos: "Como você sabe, muita gente, quando pensa em política, utiliza os termos esquerda e direita. No quadro que aparece neste cartão, em que posição política você se colocaria, sendo que a posição um é o máximo à esquerda e a posição sete é o máximo à direita?". O entrevistado indicou uma das sete posições no cartão que lhe foi fornecido pelo entrevistador.

pequena vantagem em relação à centro-esquerda, a última colocada. Entretanto, como as distâncias de uma para a vizinha são, por vezes, estreitas e oscilantes, talvez conviesse simplesmente afirmar que variam, *grosso modo*, entre um décimo e um quinto do eleitorado. Por isso, a direita, com cerca de um quarto das identificações (exceto 2016), se descola do resto.

Para usar expressão de Lamounier (1980, p. 15) em outro contexto, os números refletem “alinhamentos extraordinariamente estáveis”. A direita reúne a maior quantidade relativa de adesões em 1990, 2000, 2010 e 2019, tomando os finais de década como marcos orientadores. Trata-se quase sempre da posição preferida da maioria, ainda que não da maioria absoluta (questão que será tratada a seguir, quando analisarmos o Gráfico 2). Após campanhas presidenciais polarizadas, como as de 1989 e 2018, a identificação direitista se aproxima de 30%. A esquerda, por seu turno, se avizinha dos 20%. Na maior parte do tempo, a direita abre ao menos dez pontos percentuais de vantagem sobre a esquerda.

Desde esse ponto de vista, os eleitores com predisposição à direita constituíram uma massa silenciosa quando não havia candidatos presidenciais conservadores competitivos. Traduzindo: enquanto unicamente partidos dos campos de centro e de esquerda disputavam a Presidência da República com chance de vitória, uma fatia expressiva do eleitorado encontrava-se disponível para a propaganda direitista. As manifestações de junho de 2013, a Operação Lava Jato em 2014 e a *débâcle* econômica a partir de 2015 parecem ter fornecido a oportunidade que faltava. A campanha do *impeachment* em 2016 e a de Bolsonaro em 2018, portanto, semearam em terreno fértil.

Em resumo, depois do *impeachment* de Collor, o eleitorado continuou a se inclinar para a direita, como o demonstra o ponto médio dos posicionamentos, calculado sobre a escala de 1 a 7: 4,5 em 1990; 4,4 em 2000; 4,7 em 2003, 2006 e 2010; 4,2 em 2016; 4,1 em 2017; e 4,3 em 2019<sup>22</sup>. Confirma-se, assim, a primeira hipótese, segundo a qual a realidade vislumbrada na eleição em 1989 poderia se constituir numa tendência estrutural a ser confirmada no futuro.

A única mudança de padrão, com a aderência ao centro, entre 2016 e 2019, de mais 7% dos eleitores, elevou o centrismo ao patamar da direita. Ocorreu, igualmente, nesse triênio, uma significativa redução dos que não sabiam se posicionar, os quais caíram de 25% em 2010 para 9% em 2019. Nunca se viram tantos entrevistados dispostos a escolher uma localização no espectro como ao redor de 2018, o que será confirmado pela série do Eseb retratada no Gráfico 3. O aumento do posicionamento, contudo, é um efeito típico da polarização política, ao passo que o aumento das predisposições ao centro não seria de esperar, tendo em vista, inclusive, o péssimo resultado obtido pelo candidato

<sup>22</sup> Os cálculos para 2000, 2003, 2006 e 2010 são do Datafolha. Disponível em: <[http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/05/02/posicao\\_politica\\_31052010.pdf](http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/05/02/posicao_politica_31052010.pdf)>. Acesso em: 21 dez. 2020. Para 2016, cálculo também é do Datafolha. Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2016/12/12/365661899be339ab4a3e8abb685858796fba9f71.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2020. Para 1990, 2017 e 2019, elaboração própria.

centrista, Geraldo Alckmin, em 2018 (o que suscita o problema de saber até que ponto o/a candidato/a de determinado campo mobiliza o próprio eleitorado). Tampouco é simples entender a queda da direita em 2016, quando os sinais de superfície já eram de direitização do país<sup>23</sup>. Para buscar respostas, todavia, seria necessário submeter os resultados a cruzamentos que fogem ao escopo deste artigo. A título de conjectura, destinada a investigações posteriores, o incremento centrista pode ter sido uma resposta à polarização. Com essa atitude, eleitores buscariam uma localização neutra, representada pela casa central do espectro. O centro como refúgio de quem não quer ou não consegue tomar partido em favor de um dos antagonistas num contexto radical aparece como possibilidade na literatura de comportamento político (Kroh, 2005; Oliveira e Turgeon, 2015, p. 7).

Independentemente do que ocorreu em 2016-2019, é mister considerar que, em condições normais, somadas as posições de centro-esquerda e centro-direita ao contingente centrista expresso no Gráfico 1, cerca de metade do eleitorado convergiria para o centro. Restaria, nessas circunstâncias, à outra metade dividir-se entre três opções: a esquerda, a direita ou não tomar posição. Com isso, cada um dos polos ficaria minoritário, forçando-os a se moderar na busca de eleitores centristas para ganhar as eleições. De certa maneira, foi o que aconteceu com a esquerda entre 1994 e 2014, sendo que a direita desistiu de ter candidato próprio. *Em tese*, desconsiderados outros fatores intervenientes, interessaria à direita, portadora de predisposições com virtualidades majoritárias, interromper a dinâmica centrípeta, o contrário valendo para a esquerda. Salvo melhor juízo, essa é uma consequência *abstracta* da estrutura de preferências desenhada pelo Gráfico 1<sup>24</sup>.

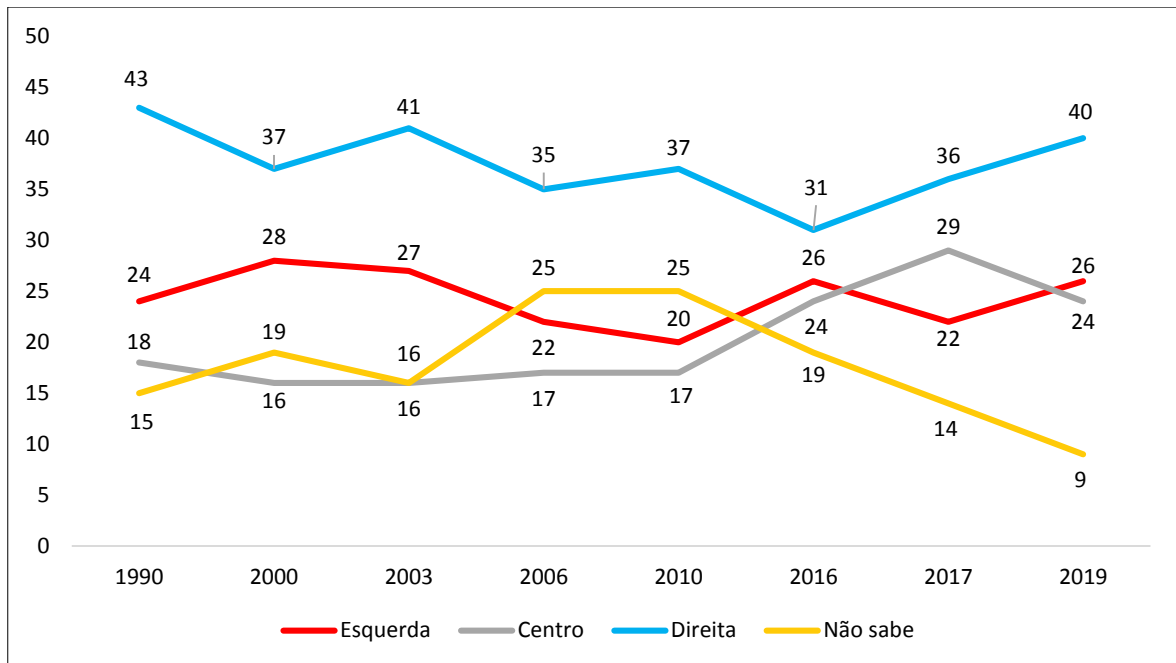
Paradoxalmente, a polarização provocada pela direita, a despeito dos problemas que tem causado à democracia, resulta num efeito politizador, expresso no aumento de eleitores que se posicionam<sup>25</sup>. É natural que, quando termos como direita e esquerda voltam a circular, as predisposições ideológicas sejam ativadas como um todo. Estas, como vimos, são, na maioria, direitistas, porém ocasionam reações à esquerda e, também, ao centro. Se olharmos para os “campos” ideológicos, como se faz no Gráfico 2, essa dinâmica fica clara.

<sup>23</sup> Note-se, contudo, que as preferências à direita voltam a subir em 2017, indo para 26%, e, sobretudo, em 2019, quando chegam a 28%, e as adesões ao centro caem. Deve-se ter em mente, também, a margem de erro, em função da qual variações próximas de quatro pontos percentuais precisam ser relativizadas.

<sup>24</sup> Não há aqui, por certo, qualquer recomendação de ordem normativa, apenas a análise dos dados colhidos. Além disso, vantagem eleitoral não significa, necessariamente, vantagem política, mas, em condições democráticas, será sempre levada em conta pelos estrategistas.

<sup>25</sup> Seguindo outros caminhos, Fuks e Marques (2020) chegam a conclusões parecidas.

**Gráfico 2**  
**Autolocalização em campos ideológicos (escala de sete pontos),**  
**1990-2019 (em %)**



**Fonte:** Elaboração do autor sobre dados do Datafolha.

No Gráfico 2, somam-se a centro-esquerda à esquerda e a centro-direita à direita, formando *campos* à esquerda e à direita do centro. O campo do centro é mais bem observado nas pesquisas do Eseb (Gráfico 3), as quais, por utilizar uma escala com maior quantidade de pontos intermediários, dão maior equivalência ao centro em relação aos campos de direita e de esquerda. Daí a conveniência de examinar esses dois gráficos de maneira conexas. Os campos são construtos teóricos, que podem se realizar (ou não) à medida que os eleitores são atraídos para os polos. A utilidade dessa agregação consiste em evidenciar o que pode acontecer em situações polarizadas.

O Gráfico 2 atesta, outra vez, a superioridade numérica da direita sobre os demais campos. O mesmo será registrado pelo Gráfico 3. É interessante destacar, na cronologia dilatada do Gráfico 2, o que aparece de modo concentrado no 3, a saber, a alternância de fases em que a polarização leva o campo da direita para perto da maioria absoluta. Por exemplo, logo após a campanha de 2018, o setor direitista atingirá 45% das preferências (Gráfico 3).

Isso explicaria as apostas de Collor e Bolsonaro. Como candidatos de uma área cuja unificação permite vencer em segundo turno, os líderes conservadores procedem a uma permanente agitação, voltada para manter a centro-direita soldada ao bloco conservador. Afinal, ter um “inimigo” comum que representa ameaças aumenta as chances

de unidade. Daí, em 1989, ter-se espalhado que Lula obrigaria famílias ao compartilhamento de moradias e, em 2018, que o PT promoveria a venezuelização do Brasil. Se deixarem a tensão relaxar, os chefes conservadores correm o risco de ver os eleitores de centro-direita migrarem para uma aliança de centro.

Essa dinâmica pode ajudar a entender o percurso de Bolsonaro entre 2018 e 2020. Repita-se: não se pretende afirmar que as coisas se deram como será descrito a seguir. Apenas que a suposta movimentação ideológica deve ser levada em conta como um dos componentes dos acontecimentos concretos que serão descritos. Havendo chegado ao final do primeiro turno com 36% das intenções de voto<sup>26</sup>, o então candidato do PSL (Partido Social Liberal) precisava atrair a centro-direita para garantir a maioria absoluta no segundo turno. A retórica de unidade antipetista teria exercido essa função. Às vésperas do pleito final, com 48% das intenções de voto (pouco mais do que o Eseb indicaria ser a predisposição do campo da direita), Bolsonaro obteve 55% dos sufrágios válidos, *sem precisar de uma negociação com o centro*<sup>27</sup>.

Poder-se-ia imaginar que, após cem dias de mandato, em abril de 2019, o novo presidente perdesse parte do apoio recebido no segundo turno, uma vez que aprovado por apenas 32% dos eleitores<sup>28</sup>. Teria ele retido o suporte da direita, deixando a centro-direita escapar? Difícil saber. Entretanto, uma cogitação a ser considerada. No segundo semestre de 2020, quando este artigo foi redigido, Bolsonaro havia ampliado para 37% o índice de ótimo e bom do seu governo graças ao auxílio emergencial distribuído durante a pandemia (Janoni, 2020). Ainda assim, de acordo com a *Folha de S. Paulo*, era “a pior avaliação em primeiro mandato desde 1985, com a exceção de Fernando Collor” (*Folha de S. Paulo*, 2020). A situação, contudo, podia ser menos desconfortável do que parecia, pois Bolsonaro, como Collor, jogava na polarização, e não na conquista do centro. Governava apenas com a direita, na esperança de que, em 2022, a centro-direita, sem opção, fosse novamente obrigada a sufragá-lo contra o fantasma lulista. O que a direita não pode permitir é o surgimento de uma alternativa para a centro-direita que a afaste do bloco, razão pela qual Bolsonaro, à época, vigiava de perto os passos do governador de São Paulo, João Doria, do PSDB. O problema para Doria, assim como para todo o espectro ao centro, por outro lado, era saber se a massa de eleitores predispostos à direita, uma vez ativada pela retórica antiesquerdista, estaria buscando uma opção mais moderada em 2022<sup>29</sup>.

<sup>26</sup> Pesquisa Datafolha realizada com 19.536 eleitores entre 5 e 6 de outubro de 2018.

<sup>27</sup> Pesquisa Datafolha realizada com 9.173 eleitores em 24 e 25 de outubro de 2018.

<sup>28</sup> Pesquisa Datafolha realizada com 2.086 eleitores em 2 e 3 de abril de 2019.

<sup>29</sup> A posição de João Doria é particularmente complexa. Filiado a um partido que oscilou entre a centro-esquerda e a centro-direita, o governador de São Paulo, cuja rápida carreira dificulta um diagnóstico preciso, aproximou-se muito do bolsonarismo, isto é, da extrema-direita, em 2018. Talvez sentindo o espaço aberto por Bolsonaro na centro-direita a partir de 2019, movimentou-se nessa direção, confrontando-se com o presidente em torno da gestão da pandemia em 2020. Só os acontecimentos de 2021 e 2022 poderão dizer onde ele irá se fixar.

## A desativação da direita

Chegou a hora de utilizarmos o Estudo Eleitoral Brasileiro (Eseb) para avaliar a eventual ocorrência de uma desativação da direita no período do realinhamento lulista (2006-2014)<sup>30</sup>. A série agora em pauta é complementar à dos Gráficos 1 e 2, permitindo, dada a periodicidade utilizada, relacionar o autopoicionamento no espectro ao voto para presidente, como fez o citado trabalho de Amaral (2020). É interessante para o argumento da reativação verificar o que aconteceu nos anos eleitorais, pois, de acordo com o mencionado na Introdução deste artigo, as campanhas são as principais fontes ativadoras das predisposições ideológicas dos eleitores.

Os levantamentos do Datafolha e do Eseb apresentam diferenças metodológicas que não eliminam a possibilidade de comparação, mas requerem qualificações. Para começar, o Eseb utiliza uma escala de 11 (de 0 a 10) e não sete pontos. Conquanto o assunto seja discutível, há indícios de que a quantidade de opções possa interferir no resultado, sobretudo quando o eleitor tem pouco domínio a respeito da matéria perguntada. Isto é, se o tema inquirido envolve dificuldades cognitivas, um leque reduzido de alternativas favorece a resposta por simplificar o trabalho do entrevistado, ao passo que a escala ampliada aumenta a resistência em responder. Nesse quesito, o Eseb é mais exigente que o Datafolha, ainda que o contínuo de sete pontos não seja absolutamente simples, lembrando que a escala mais utilizada em estudos de opinião contém cinco pontos, admitindo-se, também, o uso de três. A vantagem das gradações alongadas, de outra parte, é abrir espaço para os entrevistados expressarem gostos intermediários.

Em segundo lugar, o Datafolha supõe, ainda que sutilmente, que o entrevistado conheça as categorias ideológicas, afirmando que, “como *você sabe*, muita gente, quando pensa em política, utiliza os termos esquerda e direita” (grifo nosso) (ver nota 20). O Eseb formula a frase introdutória de outra maneira, dizendo que “na política as pessoas *falam muito* de direita e esquerda” (grifos nossos) e, na sequência, solicita que o eleitor se autolocalize: “O que o (a) Sr(a). se considera? Zero significa que

<sup>30</sup> O Estudo Eleitoral Brasileiro (Eseb) é coordenado e organizado pelo Centro de Estudos de Opinião Pública (Cesop) da Unicamp e vinculado ao Comparative Study of Electoral Systems (CSES), dirigido pela Universidade de Michigan. Começou a operar em 2002 e fez cinco *surveys* pós-eleitorais em anos de escolha presidencial, incluindo neles uma pergunta sobre a auto-orientação ideológica do eleitor. O Eseb utiliza amostras nacionais representativas, estratificadas por região, com três estágios sucessivos de seleção: município (na maioria das vezes utilizando o método PPT, Probabilidade Proporcional ao Tamanho), setor censitário e entrevistado por cotas de sexo, idade e escolaridade, entre outros critérios. Há pequenas variações metodológicas (que podem ser acessadas no Banco de Dados do Cesop), de acordo com as instituições executoras de cada *survey*: o de 31 de outubro a 28 de dezembro de 2002 (2.513 casos, margem de erro de 2%) ficou a cargo do Cesop, da FGV e do DataUFF; o de 17 a 27 de dezembro de 2006 (1.000 casos, margem de erro de 3,2%) esteve a cuidados do Cesop e do IPSOS; o de 4 a 20 de novembro de 2010 (2.000 casos, margem de erro 2,2%), do Cesop e do Vox Populi; o de 1 a 19 de novembro de 2014 (3.136 casos, margem de erro de 2%), do Cesop e do Ibope; o de 10 a 24 de novembro de 2018 (2.506 casos, margem de erro de 2%), também do Cesop e do Ibope. Agradecemos a Oswaldo E. Amaral e Rosilene Gelape pelo auxílio no acesso aos dados do Eseb.

o (a) Sr(a). é de esquerda e 10 que o (a) Sr(a). é de direita”<sup>31</sup>. Sem forçar a mão, poder-se-ia supor que o fraseado do Datafolha inibe um pouco a resposta “não sei”, enquanto o Eseb deixa o entrevistado mais à vontade no quesito.

Em terceiro, nos questionários do Eseb, o tema da localização no espectro ideológico surge com uma pergunta em que se requer ao entrevistado que localize os *partidos* na escala esquerda-direita<sup>32</sup>. Só depois será pedido ao próprio respondente que se posicione. Como é possível que o eleitor tenha mais dificuldade para situar os partidos do que para dizer onde ele mesmo se encontra, sobretudo quando as agremiações alteram a localização relativa no espaço ideológico, isso poderia induzir o entrevistado a adotar, desde o início, uma postura de ignorância, a ser repetida toda vez que a questão fosse formulada.

Por fim, e coerentemente com as características anteriores, o Eseb está mais preparado do que o Datafolha para acolher os que não sabem se autolocalizar. Há nos seus questionários um espaço específico para o entrevistador assinalar tal dificuldade. Em 2002 e 2006, havia um local reservado para registrar se o entrevistado declarava não saber “o que é ser de esquerda e direita”. Em 2010, deixava-se um lugar para dizer se o entrevistado não sabia “o que é direita ou esquerda”. Nos de 2014 e 2018, foram deixados *dois* espaços: um para assinalar se o respondente “não sabe o que é esquerda e direita” e outro para registrar se ele “não sabe se é de esquerda ou direita”. Nada disso existe nos formulários do Datafolha. Caberia cogitar em que medida a postura do entrevistador do Eseb, talvez mais propensa a considerar que o entrevistado não sabia o que era esquerda e direita, facilitou a negativa dos entrevistados em se posicionarem.

Seja como for, as duas metodologias possuem suporte técnico adequado, mas quicá produzam resultados algo dessemelhantes. As opções do Datafolha soam mais talhadas para captar o que a literatura chama de “intuição ideológica”, isto é, a percepção pouco consciente do eleitor que tem dificuldade para manejar os conceitos de esquerda e direita, mas consegue *reconhecer* o ponto no espectro que corresponde ao seu sentimento político (Singer, 2000). Em contrapartida, o Eseb talvez seja particularmente sensível para

---

<sup>31</sup> Tanto no Datafolha quanto no Eseb, o entrevistado recebe um cartão (de 7 ou 11 pontos) em que deve indicar o lugar com o qual mais se identifica. No Eseb 2002, realizou-se um *split* e metade da amostra recebeu um cartão no qual 0 era direita e 10 era esquerda. Para manter a comparabilidade, utilizaram-se aqui os dados referentes apenas à metade da amostra que recebeu o cartão na ordem dos anos subsequentes. Isso significa que, para 2002, deve ser considerada uma amostra de 1.256 casos.

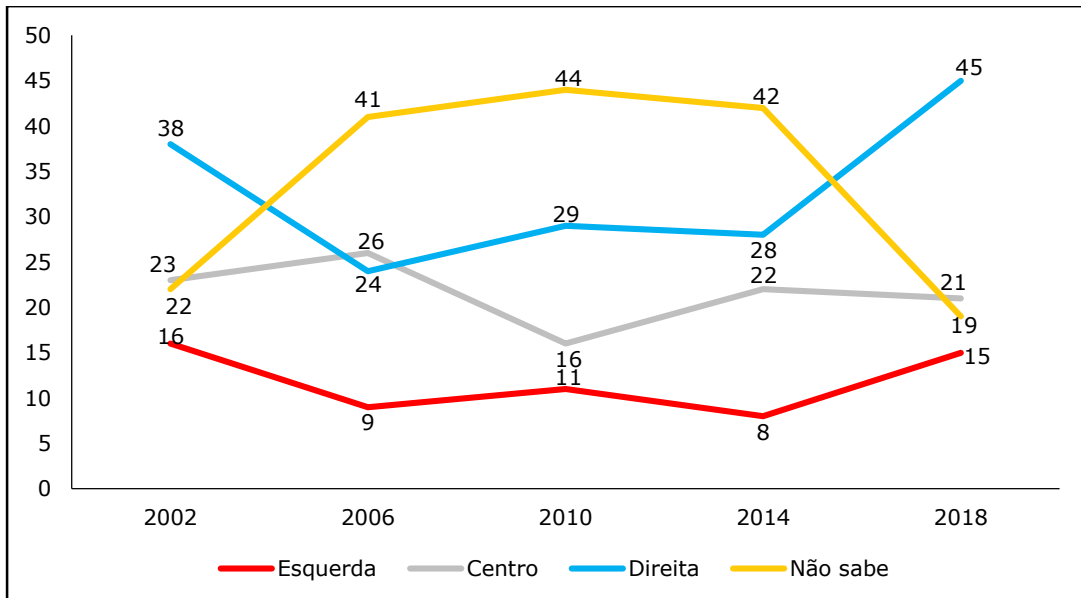
<sup>32</sup> No *survey* de 2002, a pergunta 41, que introduz o tema da ideologia, estava formulada da seguinte maneira: “Na política as pessoas falam muito de esquerda e de direita. Gostaria que o (a) Sr(a). usasse um número de ZERO a 10 para dizer se o partido político que eu vou dizer é de esquerda ou de direita. ZERO significa que o partido é de esquerda e 10 que é de direita”. O pedido de autolocalização aparecerá apenas na pergunta 50, nos seguintes termos: “Novamente pensando em esquerda e direita na política. O que o (a) Sr(a). se considera? Zero significa que o (a) Sr(a). é de esquerda e 10 que o (a) Sr(a). é de direita”. Em 2006 e 2010, a pergunta que solicitava a localização ideológica dos partidos era sucedida por uma que pedia a localização ideológica de alguns políticos, antes de requerer a localização do próprio entrevistado. Por fim, nas pesquisas de 2014 e 2018, a pergunta sobre os partidos seguia a referente ao próprio entrevistado, sem nada no meio.

perceber a desativação das predisposições ideológicas, situações que estimulam os eleitores a não se localizarem na escala.

Além dessas possíveis discrepâncias, Datafolha e Eseb, ao enunciarem as perguntas, referem-se de maneira diversa à ordenação dos pontos intermediários. No Datafolha os pontos 1 e 7 são chamados de “máximos” (a posição 1 é o *máximo* à esquerda; a posição 7 é o *máximo* à direita), ou seja, conota uma gradação de radicalismo. No Eseb, informa-se apenas que os pontos 0 e 10 correspondem, respectivamente, a ser de esquerda ou de direita, deixando uma eventual pontuação intermédia a critério do entrevistado.

Para efeito de interpretação do Eseb, seguimos o padrão estabelecido pelos autores que analisaram antes aquelas pesquisas (Carreirão, 2007, p. 314), no qual se agregam as preferências ideológicas em três blocos: “esquerda”, reunindo as posições 0 a 3, “centro”, somando as que vão de 4 a 6, e “direita”, as de 7 a 10. Assim, os dados mostrados no Gráfico 3 mensuram o tamanho dos *campos*, como o faz o Gráfico 2.

**Gráfico 3**  
**Autolocalização em campos ideológicos (escala de 11 pontos),**  
**2002-2018 (em %)**



**Fonte:** Elaboração do autor sobre dados do Eseb.

**Notas:** Foram desconsiderados “outras respostas” e “não respondeu”. As categorias “não sabe o que é esquerda e direita”, “não sabe o que é ser de esquerda e direita” e “não sabe” foram unificadas sob o rótulo geral “não sabe”.

O Gráfico 3 confirma a inclinação do eleitorado para a direita, a qual aparece quase sempre na dianteira em relação aos dois outros campos. Tanto no Gráfico 2 como no 3,



ela atinge cerca de 40% das preferências em 2002/2003 e 45% em 2018/2019, momentos em que fica nítida a potencialidade do estrato conservador. *Nenhum outro campo ideológico se aproximou desse tamanho nas duas décadas e meia da democracia de 1988.* Lembrando que a escala do Eseb identifica melhor o *campo* de centro, deve-se registrar que a direita foi alcançada por este em 2006, quando ocorreu um empate dentro da margem de erro (sobre as margens de erro do Eseb, que variam, ver nota 19). Naquele ano, em que ocorreu o realinhamento, as predisposições polares sofreram quedas significativas e o campo centrista subiu.

Todavia, se os momentos de ativação ideológica produziram picos semelhantes à direita nos Gráficos 2 e 3, as fases de desativação ocasionaram vales mais profundos no segundo, tanto de um lado quanto de outro do espectro. Enquanto no Datafolha, a direita cai de 41% para 35%, entre 2003 e 2006, no Eseb ela afunda mais, indo de 38% para 24%, entre 2002 e 2006. Algo parecido acontece com a esquerda, se bem que, por razões a serem descobertas, os auges esquerdistas são menores no Eseb do que no Datafolha<sup>33</sup>. Em verdade, o Eseb encontra números sempre anêmicos à esquerda do centro, em particular no período lulista, talvez por ter captado melhor a desativação ideológica geral (Carreirão, 2007). Trata-se, aliás, de fenômeno previsível: para desativar a direita, o lulismo precisaria desativar, também, a esquerda.

É provável que as características dos vales se relacionem à diferente proporção, nas pesquisas, de eleitores que não se localizam na escala. Durante o realinhamento lulista, cresce muito o número de entrevistados do Eseb que deixam de se posicionar, o que acontece de modo mais modesto no Datafolha. Com efeito, esse número alcança 42%, em média, entre 2006 e 2014, no Gráfico 3, contra apenas 23% (em média), entre 2006 e 2016, no Gráfico 2. A razão pode estar nas diferenças metodológicas explicitadas acima. O fato é que a baixa das predisposições polares e a alta da incapacidade de se orientar ideologicamente desenham uma espécie de chapéu do “não sabe” a encobrir o Gráfico 3 na etapa de realinhamento lulista. Sob esse teto, a direita conforma um piso, cuja simetria indica com clareza a relação entre as duas curvas: quando a direita cai, o “não sabe” sobe, e vice-versa. Esse diagrama confirma a segunda hipótese do artigo, de acordo com a qual o lulismo teve um efeito desativador sobre a direita, em particular, e sobre as predisposições ideológicas em geral.

Deve-se notar que o movimento das curvas da direita e do “não sabe” é similar nos dois gráficos. Em ambos, em 2006, a direita cai e o número de eleitores que não se posicionam cresce; ao redor de 2018, dá-se o deslocamento inverso, quando ocorre uma reativação das predisposições à direita (e, também, à esquerda) e cai o número dos que não sabem se posicionar. Caso as curvas fossem diferentes, haveria dúvidas sobre a despolarização; ao coincidirem, embora difiram na quantidade, abre-se um debate sobre a *intensidade* desta.

<sup>33</sup> Exemplos: a esquerda aparece com 16% no Eseb/2002 e 27% no Datafolha/2003; obtém 15% no Eseb/2018 e 26% no Datafolha/2019.

### *O papel da escolaridade*

Encerraremos esta exposição com uma nota destinada a inquirições futuras. Nela, parte-se do princípio de que a desativação e a reativação das predisposições agem sobre um público heterogêneo, com efeitos diversos. Em particular, imaginamos que as características de *status* de cada grupo interferem sobre o autoposicionamento na escala. Se analisarmos os números do Eseb, segmentados por grau de instrução, perceberemos interessantes aspectos a serem explorados a respeito do esfria-esquenta ideológico descrito acima.

Com esse objetivo, os Gráficos de 4 a 7 apresentam a identificação ideológica entre 2002 e 2018 cruzada por escolaridade. A instrução foi escolhida para medir *status* tendo em vista ser, ao mesmo tempo, um clássico marcador de posição na estrutura societária e uma causa de familiaridade com a terminologia ideológica. Ressalvadas características específicas de participação política, quanto maior a escolaridade, maior a chance de compreensão dos termos esquerda e direita, e maior a tendência de manter vivas as preferências ideológicas. Ao contrário, quanto menor a escolaridade, mais baixo o entendimento das palavras que conotam ideologia e maior o afastamento da localização na escala, quando não ativada por estímulos externos.

Tal como acontecia em 1989 (Singer, 2000, p. 92-93), no início das pesquisas do Eseb, quanto menor a escolaridade do eleitor, maior a probabilidade de este se posicionar à direita. Com efeito, em 2002, a chance de posicionamento à direita do centro era 50% maior entre os que haviam cursado até, no máximo, o fim do ensino fundamental I (o que inclui os não escolarizados) do que entre os universitários<sup>34</sup>.

Mais do que isso, a queda da escolaridade aumentava de maneira linear a adesão ao campo da direita. Entre os universitários, era de 27%, crescendo na passagem para o grupo dos que completaram o ensino médio para 35%. Já entre os que não completaram o ensino médio, alcançava 39%. Por fim, atingia a marca de 42% entre os de menor escolaridade. Portanto, é importante reter a possível continuidade, entre 1989 e 2002, de um fenômeno pouco estudado, a saber, o do “conservadorismo popular” (Singer, 2000, p. 145). De acordo com Pierucci (1994, p. 143-8), que pesquisou o assunto na cidade de São Paulo nos anos 1980, o conservadorismo popular, ou *conservatism from below*, diria respeito à parcela do campo popular que tem a “paixão da desigualdade”, isto é, que se apegava às diferenças entre os indivíduos e os direitos que delas decorreriam<sup>35</sup>. Nos Gráficos 4, 5, 6 e 7, pode-se observar a maneira como, desde o ponto de partida em 2002 descrito

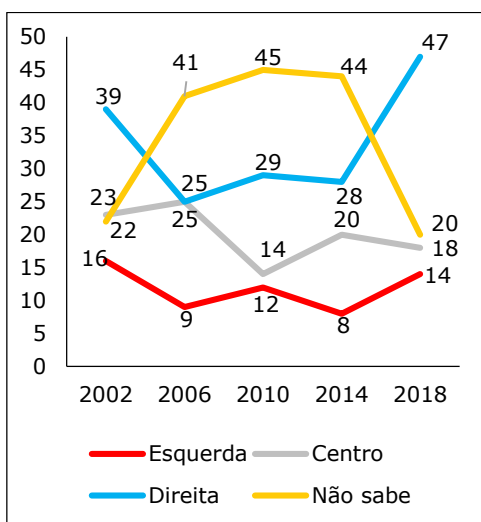
<sup>34</sup> O primeiro ciclo do ensino fundamental, ou fundamental I, hoje é constituído de cinco séries (no passado eram quatro). Por isso, incluímos na categoria de base da escolaridade todos os que cursaram até a quinta série. A categoria “universitários” inclui todos os que chegaram à universidade, independentemente de terem concluído a graduação ou a superado, na forma de pós-graduação. As duas outras categorias são formadas pelos que chegaram ao ensino médio, mas não o completaram, e pelos que completaram o ensino médio.

<sup>35</sup> Construímos uma definição de conservadorismo popular, com pinceladas próprias, a partir de um depoimento de Pierucci (1994), inserido na coletânea *Os anos 90: política e sociedade no Brasil* (Dagnino, 1994).

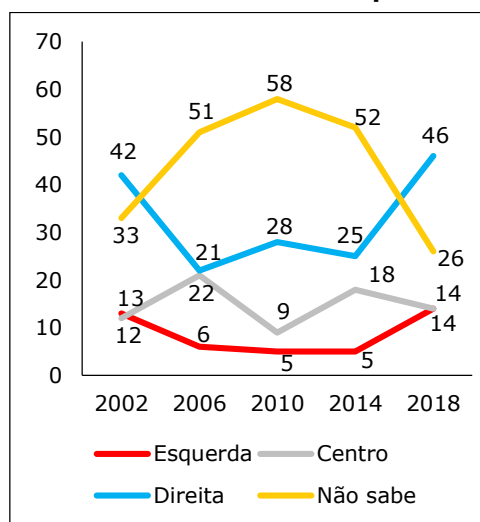
acima, cada estrato social – medido pela escolaridade – se posicionou até 2018, permitindo um vislumbre do que teria ocorrido com o conservadorismo popular nesse meio tempo.

**Gráficos de 4 a 7**  
**Autolocalização no espectro ideológico por grau de escolaridade, 2002-2018**  
**(em %)**

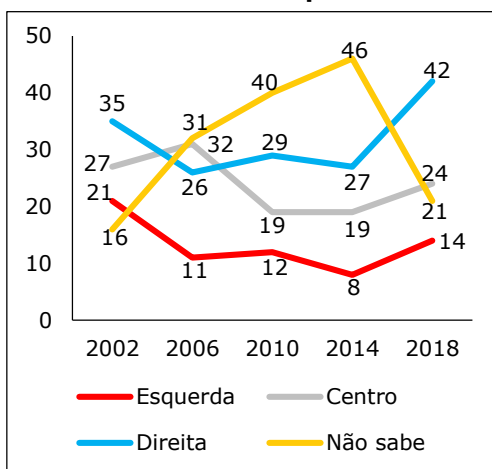
**Gráfico 4**  
**Até fundamental I**



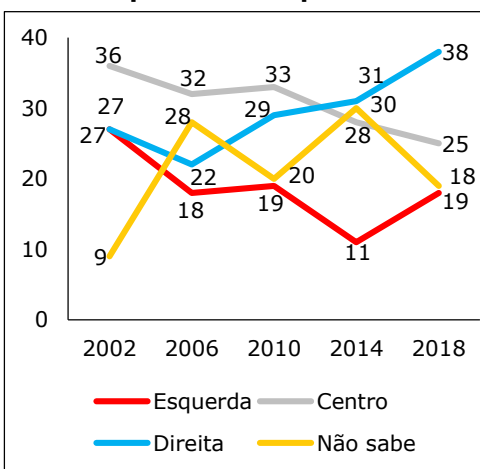
**Gráfico 5**  
**Até médio incompleto**



**Gráfico 6**  
**Médio completo**



**Gráfico 7**  
**Superior incompleto ou mais**



**Fonte dos gráficos de 4 a 7:** Elaboração do autor sobre dados do Eseb. Ver critérios para as faixas de escolaridade na nota 32.

Que história contam os Gráficos de 4 a 7? De um lado, a da desativação das predisposições à direita, que atingiu, sobretudo, os de menor escolaridade. Em 2006, despenca o posicionamento à direita entre os que cursaram no máximo até o ensino médio, sem completá-lo (o que inclui toda a gradação de escolaridade inferior a esta), como pode ser visto nos Gráficos 4 e 5. Em compensação, cresce muito o número dos que passam a não se posicionar na escala. Em 2018, ocorrem, entre esses mesmos eleitores, os movimentos inversos, com subida da localização à direita e queda dos que não se localizavam no espectro.

De outro lado, aumentou *gradativamente*, entre 2006 e 2018, a adesão à direita por parte dos mais instruídos (Gráfico 7). Ao final do processo, a direita, continuou a ter boa “receptividade nos segmentos de *status* social mais baixo” (Singer, 2000, p. 92), tal como ocorria em 1989, mas, agora acrescentava-se uma adesão significativa à direita por parte dos “universitários”, provavelmente pela primeira vez pós-1988. Os que completaram o ensino médio (Gráfico 6) desenharam curvas que ficaram entre os de maior e menor escolaridade. O formato geral do Gráfico 6 lembra o dos que têm menor escolaridade, porém efetivado de maneira suave, configurando um ponto intermediário entre o comportamento dos que tinham instrução mais e menos elevada. Na realidade, pode-se dizer que o comportamento dos segmentos intermediários (ensino médio incompleto e ensino médio completo) vai se distanciando, pouco a pouco, do padrão estabelecido pelos menos escolarizados, até chegar ao outro modelo, que se viu entre os universitários.

Com efeito, nos Gráficos 4 e 5, os deslocamentos entre a direita e o “não sabe” foram abruptos e intensos. Cerca de 40% dos eleitores de baixa escolaridade tinham preferência pela direita em 2002, caindo para não mais do que 25% em 2006. Doze anos depois, ao fazer o caminho oposto, cresce rapidamente a adesão à direita e cai o “não sei”. Desenhou-se, assim, o alto platô dos que não sabiam se posicionar na escala entre 2006 e 2014, acompanhado do piso direitista durante o mesmo período, conforme havíamos visto no Gráfico 3, o qual vale para o conjunto do eleitorado.

Porém, o Gráfico 7 mostra que o mesmo não se deu entre os universitários. A simpatia direitista por parte daqueles com maior instrução inicia-se em um patamar baixo em 2006 (22%) e percorre trajetória incremental, até chegar a 38% em 2018. Corresponde, provavelmente, à lenta e contínua adesão de setores da classe média a posições de direita, as quais, como se sabe, acabariam por desembocar no bolsonarismo. A novidade é que o percurso começou antes do que se imaginava. Possivelmente, entre os que alcançaram o ensino universitário, a pendência à direita se inicia com o realinhamento lulista, ganhando densidade de eleição em eleição<sup>36</sup>.

<sup>36</sup> Seria interessante, em outro momento, explorar cruzamentos da autolocalização ideológica por idade, local de moradia (regiões metropolitanas *versus* interior), região do país, entre outras características do eleitorado, de modo a entender melhor a faixa predisposta à direita.

Em resumo, o *mecanismo de desativação e reativação* das predisposições à direita recaiu fortemente sobre os de menor escolaridade. Como estes representavam mais de 70% das amostras do Eseb, deram o tom para o conjunto. Se esse achado for confirmado, poder-se-ia pensar que a explicação para a relativa estabilidade dos anos lulistas, seguida da avalanche conservadora, se encontraria justamente na parcela de baixo da pirâmide. Não obstante o fenômeno direitista ter atingido a classe média tradicional, a explicação para o sucesso eleitoral da reativação da direita, que justificaria a vitória de Bolsonaro, reside nos eleitores de escolaridade fundamental. É compreensível que aqueles cujo posicionamento depende de uma ativação maior, pois estão mais distantes do debate ideológico, sejam os mais afetados quando termos como esquerda e direita desaparecem e reaparecem nas campanhas. Em outras palavras, e esta é a dica fundamental, talvez o que o lulismo tenha desativado, entre 2006 e 2014, *não fosse tanto o direitismo em geral, mas o conservadorismo popular, em particular*. Assunto a ser retomado.

### **Conclusão: quando velhos personagens reentram em cena**

Qual “fundo regressivo” da sociedade brasileira a eleição de 2018 mobilizou e como o fez? Os dados expostos apontam para duas sugestões. A primeira afirma tratar-se da reativação de uma direita longamente enraizada em parcela expressiva do eleitorado, apesar de aparências contrárias, devidas ao adormecimento das predisposições conservadoras. A segunda mostra que, com o realinhamento de 2006, o lulismo teria desativado, até 2014, essas mesmas predisposições, cabendo ao extremista Jair Bolsonaro reativá-las por meio de intensa radicalização ideológica. A polarização exacerbada garantiu, além do mais, uma espécie de soldagem “automática” da centro-direita à direita, permitindo a Bolsonaro vencer o segundo turno de 2018 sem negociar.

Medidas de autolocalização na escala ideológica, produzidas pelo Datafolha, indicaram a direita como a escolha da maioria relativa dos eleitores durante os 30 anos que a democracia de 1988 percorreu até a eleição de Bolsonaro. Cerca de um quarto do eleitorado optou, repetidamente, por posicionar-se no canto conservador do espectro, deixando as demais rubricas (centro, esquerda, centro-direita e centro-esquerda) quase sempre como um pelotão secundário no *ranking*.

Nos momentos de maior radicalização ideológica, as predisposições direitistas caminhavam para reunir cerca de um terço dos entrevistados, enquanto a esquerda se aproximava de um quinto. Mesmo quando não polarizada a conjuntura, a direita quase sempre superava a esquerda em cerca de dez pontos percentuais. Cálculos do ponto médio das escolhas entre 1990 e 2019 o situaram invariavelmente à direita do centro. Confirmou-se, assim, a hipótese de que o eleitorado brasileiro se inclinava para a direita, levantada por ocasião da vitória de Collor (Singer, 2000)<sup>37</sup>.

<sup>37</sup> Estudos recentes, como o de Power e Rodrigues-Silveira (2019, p. 23), chegam, por outros meios, à mesma conclusão, indicando que o eleitorado brasileiro “pende para a direita”.

Agrupando-se as preferências em três campos ideológicos (mensurados pelo Datafolha e pelo Eseb), isto é, os que estão à esquerda do centro, ao centro e à direita do centro, a área conservadora ocupa uma região ampla. As medidas indicaram que a direita somada à centro-direita chega a obter mais de 40% das preferências nas conjunturas de polarização. Nesses casos, tal coalizão pode almejar a maioria absoluta, estando bastante habilitada a alcançá-la quando se trata de votos válidos. Isso lhe dá boas chances no segundo turno de eleições presidenciais, desde que a centro-direita se mantenha soldada ao bloco conservador.

A configuração apresentada ajuda a explicar a adoção de estratégias radicais por parte de candidatos da direita. Enquanto retiverem a centro-direita junto a si – o que é potencializado pelo temor de uma suposta esquerdização, que os próprios direitistas se encarregam de propagar –, a coalizão conservadora é capaz de vencer sem precisar construir alianças com o centro. Foi o que fizeram Collor e Bolsonaro. Daí a inclinação da direita pela polarização, enquanto a esquerda tendeu a optar pela tática contrária, o que desmente a ideia de que o lulismo teria “dividido o país”.

Na verdade, o realinhamento de 2006, que colocou os de menor renda ao lado de Lula e a classe média em torno do PSDB, teria contribuído para desarmar o conservadorismo popular. Mesmo nos momentos ofensivos de campanha, em torno das privatizações e da política monetária, em 2006 e 2014, as palavras esquerda e direita não foram trazidas à baila pelo lulismo. A própria Dilma Rousseff, que adotou postura mais ousada, reteve o apoio do PP, sucessor da Arena, na última campanha presidencial que disputou.

Dados do Eseb evidenciaram que, durante os pleitos de 2006 a 2014, houve importante redução das predisposições à direita, cujos eleitores, em boa parte, deixaram de se localizar na escala, alegando não saber fazê-lo. Ao cruzar o autoposicionamento na escala com a escolaridade, ficou claro quanto a desativação da direita dependeu dos menos escolarizados. Foram os eleitores das faixas de instrução menores que procederam em massa ao duplo deslocamento, afastando-se da direita e, simultaneamente, do espectro ideológico, de 2006 a 2014. Já em 2018, voltaram a se localizar à direita, abandonando a suposta ignorância quanto à autolocalização ideológica. Os de maior escolaridade, entretanto, percorreram uma trajetória de constante direitização entre 2010 e 2018.

Estudos futuros poderão revelar como o lulismo desarmou o conservadorismo popular, mas percebe-se que Bolsonaro teve o papel de reativá-lo, aproveitando o contexto criado pelas manifestações de junho de 2013, a Lava Jato e a recessão de 2015<sup>38</sup>. Vale lembrar que a atração pelo ex-capitão entre eleitores de maior renda aparecia precocemente em pesquisas de 2016, quando denúncias contra o governo Temer abatiam

---

<sup>38</sup> Segundo Fuks e Marques (2020, p. 408), no período 2015-2019, “a ideologia adquire maior consistência e, com isso, os eleitores passam a se situar mais na escala esquerda-direita e a diferenciar ideologicamente os partidos e os candidatos”.

as opções de centro<sup>39</sup>. De certo modo, pode-se dizer que a classe média foi a Bolsonaro, e não o contrário. Mas, como tal vínculo, isoladamente, não poderia levar ao triunfo eleitoral devido à pequena expressão numérica dos setores intermediários, era indispensável reativar a simpatia pela direita entre os de *status* mais baixo, o que o candidato foi capaz de fazer em 2018.

De todo modo, é importante compreender melhor os mecanismos reativadores utilizados por Bolsonaro junto aos subalternos, relacionando-os, por exemplo, ao papel exercido por setores evangélicos e da segurança. Afinal, Bolsonaro obteve um resultado proporcionalmente maior que o de Collor três décadas antes, fechando a parábola iniciada em 1964 com uma volta às origens mais nítida do que a proporcionada pelo ex-presidente alagoano.

### Referências bibliográficas

ALMEIDA, A. C. *O motivo que levou à vitória de Bolsonaro* (online). Poder 360, 31 out. 2018. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/opiniao/eleicoes/o-motivo-que-levou-a-vitoria-de-bolsonaro-segundo-alberto-carlos-almeida/>>. Acesso em: 6 dez. 2020.

ALMEIDA, J. *Marketing político: hegemonia e contra-hegemonia*. São Paulo: FPA/Xamã, 2002.

AMARAL, O. E. "The victory of Jair Bolsonaro according to the Brazilian Electoral Study of 2018". *Brazilian Political Science Review*, vol. 14, nº 1, maio 2020.

ANDERSON, P. *Brazil apart (1964-2019)*. Londres: Verso, 2019.

AVRITZER, L. *Política e antipolítica: a crise do governo Bolsonaro*. São Paulo: Todavia, 2020.

CARREIRÃO, Y. S. "Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006". *Opinião Pública*, vol. 13, nº 2, p. 307-339, nov. 2007.

DATAFOLHA. Avaliação do governo FHC. Junho de 2000. Banco de dados cedido diretamente ao autor pelo Datafolha em 2020.

\_\_\_\_\_. Ditadura X Democracia/Esquerda X Direita. Março/Abril de 2003, nº 02499. In: Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública. Unicamp, Campinas. Disponível em: <[https://www.cesop.unicamp.br/por/banco\\_de\\_dados/v/2375](https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados/v/2375)>. Acesso em: out. 2020.

\_\_\_\_\_. Intenção de Voto para Presidente da República. Agosto de 2006, nº 02538. In: Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública. Unicamp, Campinas. Disponível em: <[https://www.cesop.unicamp.br/por/banco\\_de\\_dados/v/2297](https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados/v/2297)>. Acesso em: out. 2020.

\_\_\_\_\_. Intenção de Voto para Presidente da República. Maio de 2010, nº 03364. In: Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública. Unicamp, Campinas. Disponível em: <[https://www.cesop.unicamp.br/por/banco\\_de\\_dados/v/3145](https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados/v/3145)>. Acesso em: out. 2020.

\_\_\_\_\_. Avaliação do governo Michel Temer. Dezembro de 2016. Banco de dados cedido diretamente ao autor pelo Datafolha em 2020.

<sup>39</sup> Ver, a esse respeito, Dieguez (2016).

\_\_\_\_\_. Avaliação do governo Michel Temer. Junho de 2017, nº 04422. In: Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública. Unicamp, Campinas. Disponível em: [https://www.cesop.unicamp.br/por/banco\\_de\\_dados/v/4252](https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados/v/4252). Acesso em: out. 2020.

DATAFOLHA. Avaliação do governo Bolsonaro - 1 ano. Dezembro de 2019. Banco de dados cedido diretamente ao autor pelo Datafolha em 2020.

DATAFOLHA/CEDEC. Cultura e Política III. Março de 1990, nº 00219. In: Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública. Unicamp, Campinas. Disponível em: [https://www.cesop.unicamp.br/por/banco\\_de\\_dados/v/458](https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados/v/458). Acesso em: out. 2020.

DIEGUEZ, C. "Direita, volver". *Piauí*, vol. 120, set. 2016.

DIMENSTEIN, G.; SOUZA, J. *A história real: trama de uma sucessão*. São Paulo: Ática, 1994.

ESEB 2002. CESOP-FGV-DATAUFF – BRASIL – 2002/DEZ-01838. In: Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública, Unicamp, Campinas. Disponível em: [https://www.cesop.unicamp.br/por/banco\\_de\\_dados/v/1762](https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados/v/1762). Acesso em: 2020.

ESEB 2006. CESOP-IPSOS – BRASIL – 2006/DEZ-02489. In: Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública, Unicamp, Campinas, 2020. Disponível em: [https://www.cesop.unicamp.br/por/banco\\_de\\_dados/v/1583](https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados/v/1583). Acesso em: 2020.

ESEB 2010. CESOP-VOX POPULI – BRASIL – 2010/NOV-02639. In: Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública, Unicamp, Campinas. Disponível em: [https://www.cesop.unicamp.br/por/banco\\_de\\_dados/v/2419](https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados/v/2419). Acesso em: 2020.

ESEB 2014. CESOP-IBOPE – BRASIL – 2014/NOV-03928. In: Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública, Unicamp, Campinas. Disponível em: [https://www.cesop.unicamp.br/por/banco\\_de\\_dados/v/3716](https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados/v/3716). Acesso em: 2020. Disponível também no Repositório de Dados de Pesquisa da Unicamp (Redu): <https://redu.unicamp.br/dataset.xhtml?persistentId=doi:10.25824/redu/IDSFRV>.

ESEB 2018. CESOP-IBOPE – BRASIL – 2018/NOV-04622. In: Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública, Unicamp, Campinas. Disponível em: [https://www.cesop.unicamp.br/por/banco\\_de\\_dados/v/4538](https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados/v/4538). Acesso em: 2020. Disponível também no Repositório de Dados de Pesquisa da Unicamp (Redu): <https://redu.unicamp.br/dataset.xhtml?persistentId=doi:10.25824/redu/HWZVV6>.

FOLHA DE S. PAULO. "Bolsonaro segura aprovação, e maioria o isenta por mortes", 14/12/2020, primeira página.

FUKS, M.; MARQUES, P. H. "Contexto e voto: o impacto da reorganização da direita sobre a consistência ideológica do voto nas eleições de 2018". *Opinião Pública*, vol. 26, nº 3, p. 401-430, set.-dez. 2020.

JANONI, A. "Inércia da opinião pública reflete tensão entre pandemia e economia, aponta Datafolha". *Folha de S. Paulo*, 14 dez. 2020, p. A4. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/12/inercia-da-opiniao-publica-reflete-tensao-entre-pandemia-e-economia-aponta-datafolha.shtml>. Acesso em: 11 nov. 2021.

KROH, M. "Surveying the left-right dimension: the choice of a response format". *German Institut for Economic Research*, Discussion Paper 491, 2005.

LAMOUNIER, B. (org.). *Voto de desconfiança: eleições e mudança no Brasil (1970-1979)*. São Paulo: Cebrap, 1980.

\_\_\_\_\_. *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo: Sumaré, 1990.



LAZARSFELD, P.; BERELSON, B.; GAUDET, H. *El pueblo elige*: estudio del proceso de formación del voto durante una campaña presidencial. Buenos Aires: Ediciones 3, 1960.

LICHOTTE, C *A hora do Arenão* (online). Piauí, 20 nov. 2020. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/hora-do-arenao/>>. Acesso em: 23 dez. 2020.

LIPSET, S. M. *O homem político*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MILLER, W. E.; SHANKS, J. M. *The new American voter*. Cambridge (MA): Harvard University Press, 1996.

NICOLAU, J. *O Brasil dobrou à direita*: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

OLIVEIRA, F. *Collor*: a falsificação da ira. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

OLIVEIRA, C.; TURGEON, M. "Ideologia e comportamento político no eleitorado brasileiro". *Opinião Pública*, vol. 21, nº 3, p. 574-600, dez. 2015.

OYAMA, T. *Tormenta*: o governo Bolsonaro: crises, intrigas e segredos. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

PEREIRA, F. B. "Non causa pro causa: o voto de direita e esquerda no Brasil". *Opinião Pública*, vol. 26, nº 2, p. 154-179, ago. 2020.

PIERUCCI, A. F. Linguagens autoritárias, voto popular. In: DAGNINO, E. (org.). *Os anos 90*: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, p. 137-149, 1994.

\_\_\_\_\_. *Ciladas da diferença*. São Paulo: 34, 1999.

POWER, T. J.; RODRIGUES-SILVEIRA, R. "Mapping ideological preferences in Brazilian elections, 1994-2018: a municipal-level study". *Brazilian Political Science Review*, vol. 13, nº 1, fev. 2019.

REIS, F. W. *Mercado e utopia*: teoria política e sociedade brasileira. São Paulo: Edusp, 2000.

RENNÓ, L. *As eleições de 2022* (online). Veja, 14 dez. 2020. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/matheus-leitao/as-eleicoes-de-2022/>>. Acesso em: 17 dez. 2020.

SCHWARZ, R. *Seja como for*: entrevistas, retratos e documentos. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2019.

SINGER, A. "Ideologia e voto no segundo turno da eleição presidencial de 1989". Tese de Doutorado em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

\_\_\_\_\_. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994. São Paulo: Edusp, 2000.

\_\_\_\_\_. *Os sentidos do lulismo*: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

\_\_\_\_\_. *O lulismo em crise*: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SINGER, A.; VENTURI, G. Sismografia de um terremoto eleitoral. In: Vários autores. *Democracia em crise?* São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SUASSUNA, L.; NOVAES, L. A. *Como Fernando Henrique foi eleito presidente*. São Paulo: Contexto, 1994.

**Abstract***The reactivation of the right in Brazil*

What is the structure of the ideological predispositions of the Brazilian electorate and how are they affected by the strategies of the different political forces? The article seeks to show, based on data from Datafolha, that there was a continuity between what was observed right after the 1988 re-democratization and the thirty years that followed, namely, the preference for the right by the relative majority of the electorate in surveys of self-location on the ideological spectrum. Then, using the theoretical notion of activation, the article tests, based on research by Eseb, the hypothesis that, between 2006 and 2014, there was a tendency to disable ideological predispositions. The conclusion is that Lulism depolarized the political dispute and it was up to Bolsonaro, with a radical stance, to reactivate the conservatism in the 2018 election, when the right-wing field came to gather 45% of voters.

**Keywords:** right; depolarization; activation of ideological predispositions; Bolsonaro; 2018 elections

**Resumen***La reactivación de la derecha en Brasil*

¿Cuál es la estructura de las predisposiciones ideológicas del electorado brasileño y cómo se ven afectadas por las estrategias de las diferentes fuerzas políticas? El artículo busca mostrar, a partir de datos de Datafolha, que hubo una continuidad entre lo observado justo después de la redemocratización de 1988 y los treinta años que siguieron, es decir, la preferencia por la derecha de la mayoría relativa del electorado en las encuestas de auto-ubicación en el espectro ideológico. Luego, utilizando la noción teórica de activación, el artículo contrasta, a partir de una investigación de Eseb, la hipótesis de que, entre 2006 y 2014, hubo una tendencia a deshabilitar las predisposiciones ideológicas. La conclusión es que el lulismo despolarizó la disputa política y le tocó a Bolsonaro, con una postura radical, reactivar el conservadurismo en las elecciones de 2018, cuando el campo de derecha llegó a reunir el 45% de los votantes.

**Palabras clave:** derecha; despolarización; activación de predisposiciones ideológicas; Bolsonaro; elecciones de 2018

**Résumé***La réactivation de la droite au Brésil*

Quelle est la structure des prédispositions idéologiques de l'électorat brésilien et comment sont-elles affectées par les stratégies des différentes forces politiques? L'article cherche à montrer, sur la base des données de Datafolha, qu'il y avait une continuité entre ce qui a été observé juste après la redémocratisation de 1988 et les trente années qui ont suivi, à savoir, la préférence pour le droit de la majorité relative de l'électorat dans les enquêtes sur auto-localisation sur le spectre idéologique. Puis, à partir de la notion théorique d'activation, l'article teste, à partir des recherches d'Eseb, l'hypothèse selon laquelle, entre 2006 et 2014, il y avait une tendance à désactiver les prédispositions idéologiques. La conclusion est que le lulisme a dépolarisé le différend politique et qu'il appartenait à Bolsonaro, avec une position radicale, de réactiver le conservatisme lors des élections de 2018, lorsque le champ de droite est venu rassembler 45% des électeurs.

**Mots-clés:** droite; dépoliarisation; activation des prédispositions idéologiques; Bolsonaro; élections de 2018

Artigo submetido à publicação em 12 de janeiro de 2021.

Versão final aprovada em 21 de outubro de 2021.

*Opinião Pública* adota a licença Creative Commons CC-BY.

